

**Procedimento de Comercialização**

**PdC AM.12**

**REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES**

**Versão: 4**

**Início de vigência: 28.05.2010**

**Instrumento de aprovação: Despacho ANEEL nº 1.497, de 27 de maio 2010**



**ccee**

Câmara de Comercialização  
de Energia Elétrica



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

## ÍNDICE

1. APROVAÇÃO .....	3
2. HISTÓRICO DE REVISÕES .....	3
3. PROCESSO ORIGEM .....	4
4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO .....	4
5. PÚBLICO ALVO .....	4
6. OBJETIVO .....	4
7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS .....	5
8. LISTA DE TERMOS .....	6
9. FERRAMENTAS DE SUPORTE .....	7
10. PREMISSAS .....	7
11. FLUXOGRAMA .....	10
12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO .....	11
13. CRONOGRAMA GERAL .....	12
14. ANEXOS .....	13

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

## 1. APROVAÇÃO

Início de Vigência do Procedimento de Comercialização: 28.05.2010

Aprovado pelo Despacho ANEEL nº 1.497, de 27 de maio de 2010.

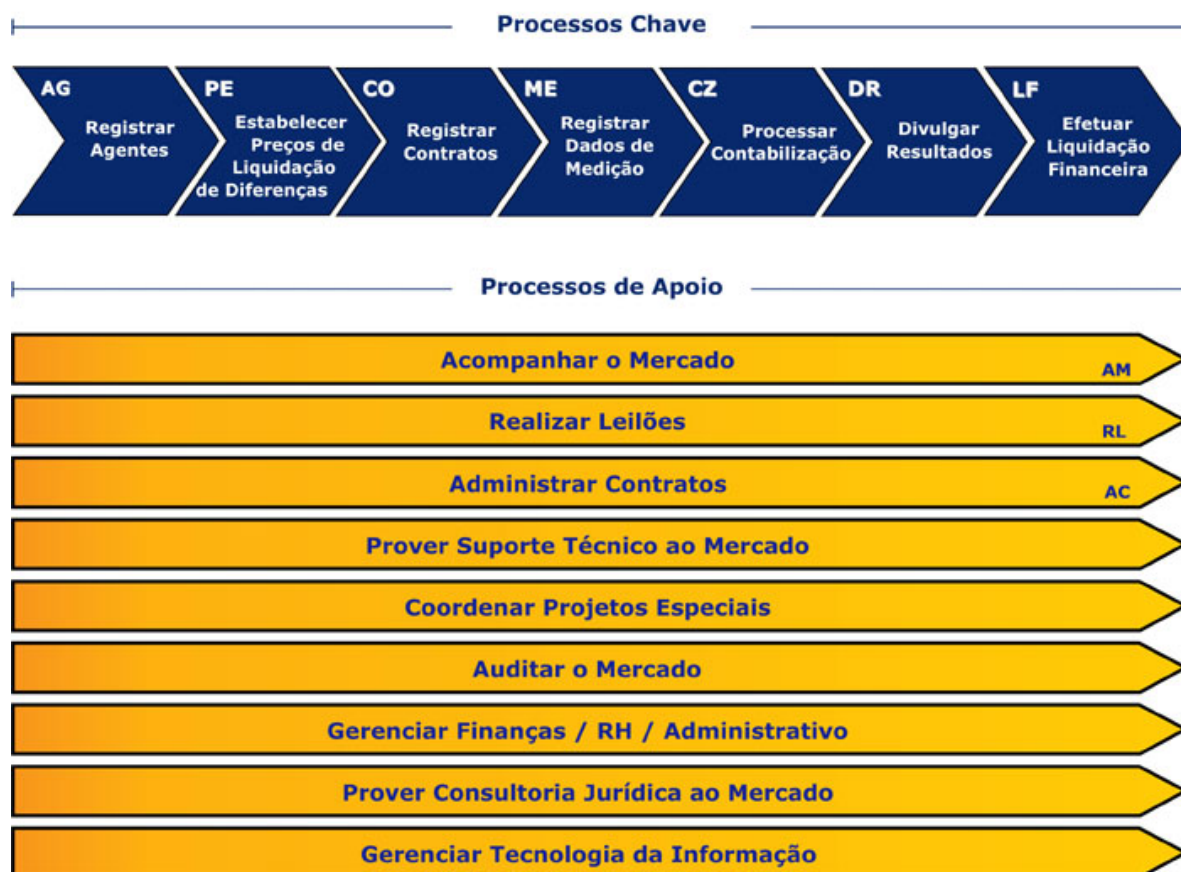
## 2. HISTÓRICO DE REVISÕES

- Versão 1** **18.04.2006**  
Elaborada versão inicial do documento.
- Versão 2** **14.03.2007**  
Considerada a possibilidade de representação por meio de Agente Vinculado dos Agentes que venham a se enquadrar em mais de uma Categoria/Classe na CCEE.
- Versão 3** **01.10.2008**  
Adequação das premissas de forma a contemplar o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006.
- Versão 4** **28.05.2010**  
Adequação das premissas de forma a contemplar o disposto nas Regras de Comercialização 2009 e 2010 e na Resolução Normativa ANEEL nº 376, de 25 de agosto de 2009.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

### 3. PROCESSO ORIGEM

#### Cadeia de Valor da CCEE



### 4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Representação Contábil de Agentes – AM.12

### 5. PÚBLICO ALVO

- 5.1. Agente da CCEE
- 5.2. Superintendência da CCEE

### 6. OBJETIVO

Este PdC visa disciplinar a segregação contábil no âmbito da CCEE das operações, envolvendo os agentes da CCEE e aqueles com participação facultativa que optaram por não aderir à CCEE, bem como daqueles agentes que possam ser enquadrados em categorias/classes distintas e agentes que comercializem energia especial.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

## 7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

- 7.1. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 - Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.2. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.665, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.
- 7.3. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 – Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.4. Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 – Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da CCEE.
- 7.5. Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 – Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
- 7.6. Resolução Normativa ANEEL nº 235, de 14 de novembro de 2006 – Estabelece os requisitos necessários à obtenção da qualificação de centrais termelétricas cogeneradoras de energia, para fins de participação nas políticas de incentivo ao uso racional dos recursos energéticos e Revoga a Resolução 021 de 20.01.2000.
- 7.7. Resolução Homologatória ANEEL nº 198, de 22 de agosto de 2005 – Aprova o Estatuto Social da CCEE3 - instrumento jurídico que trata da forma de organização e do desenvolvimento das atividades realizadas pela CCEE.
- 7.8. Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006 – Estabelece as condições para a comercialização de energia elétrica, oriunda de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, com unidade ou conjunto de unidades consumidoras cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e dá outras providências.
- 7.9. Resolução Normativa nº 260, de 03 de abril de 2007 - Altera dispositivos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, instituída pela Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que estabeleceu a estrutura e a forma de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.10. Resolução Normativa nº 263, de 17 de abril de 2007 - Altera o parágrafo único do art. 1º, bem como o art. 22 do Anexo da Resolução Normativa ANEEL nº 109 de 26.10.2004, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, referente ao funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.11. Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra - Estrutura - REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS / PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória 2.158 - 35 de 24.08.2001, e as Leis 9.779 de 19.01.1999, 8.212 de 24.07.1991, 10.666 de 08.05.2003, 10.637 de 30.12.2002, 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996, 10.426 de 24.04.2002, 10.833 de 29.12.2003, 10.892 de 13.07.2004, 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.438 de 26.04.2002, 10.848 de 15.03.2004, 10.865 de 30.04.2004, 10.925 de 23.07.2004 e 11.196 de 21.11.2005; e revoga dispositivos das Leis 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996 e do Decreto - Lei 1.593 de 21.12.1977, e dá outras providências.
- 7.12. Decreto nº 6.210, de 18 de setembro de 2007 - Altera dispositivos do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, define demanda mínima por unidade de consumo para a equiparação de consumidor a autoprodutor, e dá outras providências.
- 7.13. Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008 – Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o §3º do art.3º A da Lei 10.848, de 15 de março de 2004, mediante

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia – MME, bem como altera o art. 44 do Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004 e o art. 2º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, e dá outras providências.

- 7.14. Resolução Normativa ANEEL nº 348, de 6 de janeiro de 2009 – Altera a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004.
- 7.15. Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 - Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei 11.805 de 06.11.2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei 10.841 de 18.02.2004, as Leis 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.848 de 15.03.2004, 3.890-A de 25.04.1961, 10.847 de 15.03.2004, e 10.438 de 26.04.2002, e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.
- 7.16. Resolução Normativa ANEEL nº 376, de 25 de agosto de 2009 - Estabelece as condições para contratação de energia elétrica, no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN, por Consumidor Livre, e dá outras providências.
- 7.17. Resolução Normativa ANEEL nº 385, de 08 de dezembro de 2009 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2010, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica; altera art. 3º e acrescenta inciso ao art. 4º da Resolução Normativa 341 de 02.12.2008, altera art. 5º da Resolução 209 de 03.08.2008, e altera art. 2º da Resolução Normativa 336 de 28.10.2008.

## 8. LISTA DE TERMOS

Este Procedimento de Comercialização utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no PdC Glossário.

- Agente Associado
- Agente da CCEE ou Agente
- Agente Vinculado
- Agente Principal
- Agente de Distribuição
- Agente de Geração
- Agente Autoprodutor
- Agente Vendedor
- Agente de Comercialização
- CCEAR por disponibilidade
- CCER
- Consumidor Livre
- Consumidor Especial
- Agente de Geração Incentivada
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Estatuto Social da CCEE
- Energia Especial
- Liquidação Financeira

- Representante Legal

## 9. FERRAMENTAS DE SUPORTE

Não aplicável

## 10. PREMISSAS

### 10.1. Premissas gerais

- 10.1.1. A representação do agente vinculado por um agente principal objetiva viabilizar a operacionalização de suas transações no âmbito da CCEE.
- 10.1.2. Os agentes vinculados estão desobrigados da observância do PdC AG.01 – Adesão à CCEE e do PdC AM.04 – Administrar Votos e Contribuição Associativa. A sua classificação pela CCEE será feita de acordo com o estabelecido nas premissas deste procedimento de comercialização.
- 10.1.3. A contabilização das operações do agente vinculado e/ou associado será efetuada de acordo com as regras e os procedimentos de comercialização, separadamente do agente principal que o representa.
- 10.1.4. Todos os deveres e obrigações do agente vinculado determinadas neste procedimento de comercialização deverão ser praticados e assumidos pelo agente principal que o representa.
- 10.1.5. O agente vinculado deverá ser representado por um único agente principal, mesmo que possua registros de transações comerciais, no âmbito da CCEE, com mais de um agente da CCEE.
- 10.1.6. O agente vendedor de energia convencional, que optar por comercializar energia convencional especial, incentivada especial ou de cogeração qualificada, deverá fazê-lo por meio de agente vinculado específico, nas seguintes condições:
  - i. Se o agente representar ativos de geração incentivada especial próprios e/ou de terceiros, sua atuação se dará por meio de agente vinculado de geração de energia incentivada especial;
  - ii. Se o agente representar ativos de geração incentivada de cogeração qualificada próprios e/ou de terceiros, sua atuação se dará por meio de agente vinculado de geração de energia incentivada de cogeração qualificada;
  - iii. Se o agente representar ativos de geração convencional especial próprios e/ou de terceiros, sua atuação se dará por meio de agente vinculado de geração de energia convencional especial.
- 10.1.7. O agente vendedor de CER e/ou de CCEAR na modalidade por disponibilidade, proprietário de usinas térmicas movidas à biomassa e usinas térmicas movidas a outros combustíveis, deverá cadastrar agentes vinculados específicos para cada tipo de usina.
- 10.1.8. Serão cadastrados agentes vinculados diferentes quando o agente possuir usinas com datas de outorgas diferentes comprometidas com CCEAR na modalidade por disponibilidade.
- 10.1.9. Os agentes comercializadores que não representem ativos de geração de energia incentivada especial, convencional especial e de cogeração qualificada, que venham a atuar na comercialização dessas energias, deverão solicitar, por meio da central de atendimento da CCEE, a criação de agentes vinculados de comercialização de energia específicos para cada uma delas, em até M - 3du, apresentando suas justificativas.
- 10.1.10. Caso o agente vinculado tenha ativos a serem cadastrados ou alterados, o agente principal deve estar apto a cumprir o disposto nos PdC ME.04 – Mapeamento de Pontos de Medição no SCDE e PdC ME.02 - Manutenção de Cadastro do Sistema Elétrico no SCL.



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

- 10.1.11. Na liquidação financeira, os resultados individuais do agente vinculado serão atribuídos ao respectivo agente principal que o representa.
- 10.1.12. O agente principal que representa o agente vinculado deverá observar o PdC CO.01 – Contratos Bilaterais para o registro e validação dos contratos do agente vinculado.
- 10.1.13. O agente da CCEE que atenda concessionária, autorizada ou permissionária de serviços de distribuição, cuja participação não seja obrigatória, deverá representar esta carga como agente vinculado.
- 10.1.14. A geração distribuída, nas condições previstas nos artigos 14 e 15 do Decreto nº 5.163/2004, deverá ser representada pela concessionária, autorizada ou permissionária de serviços de distribuição local, por meio de agentes vinculados.
- 10.1.15. O agente de geração que atenda diretamente unidade consumidora conectada à sua rede, cuja participação não seja obrigatória, deverá representar esta carga como agente vinculado.
- 10.1.16. Os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços de geração, bem como os titulares de autorização para autoprodução ou produção independente cuja participação não seja obrigatória, nos termos da Convenção de Comercialização, poderão ser representados na CCEE como agente vinculado.
- 10.1.17. Os agentes geradores, produtores independentes, comercializadores e autoprodutores que possuem ativos de energia incentivada especial, convencional especial ou de cogeração qualificada serão cadastrados na CCEE como agentes vinculados.
- 10.1.18. Agentes de geração incentivada (agente da CCEE ou agente vinculado) não poderão cadastrar usinas de fonte convencional.
- 10.1.19. Os agentes com atuação exclusiva em energia incentivada (gerador, produtor independente, comercializador, consumidor especial) estão dispensados da representação por agente vinculado.
- 10.1.20. O agente de produção independente, que comercialize energia com unidades consumidoras de acordo com o art. 12, inciso III, da Lei nº 9.074/95 e art. 23, inciso III, do Decreto nº 2.003/96, poderá ter representado somente o excedente de energia gerado.
- 10.1.21. Para aqueles agentes que possam ser enquadrados em categorias/classes distintas com o mesmo CNPJ poderá ser criado um agente vinculado para representar parte de seus ativos, aplicando-se, no que couber, as premissas anteriores.
- 10.1.22. A comercialização de energia entre o agente principal e o agente vinculado deverá ser realizada por meio de registro de contrato bilateral, conforme previsto no PdC CO.01 – Contratos Bilaterais.

## 10.2. **Premissas Específicas sobre o Desconto na TUSD/TUST**

- 10.2.1. Empreendimentos de geração que utilizem fonte primária incentivada e não possuam garantia física definida por legislação específica, com modalidade de despacho tipo II e III (hidráulicos) e tipo IB, IIB e III (não-hidráulicos), poderão optar por uma das opções abaixo para definir o lastro que será considerado no cálculo do desconto aplicável à TUST/TUSD:

- a) Montante de geração realizada em cada mês;
- b) Média móvel da geração realizada no horizonte de 12 meses.

A opção deve ser feita por meio da ferramenta SOMA até o último dia útil do mês de dezembro e será válida para o ano subsequente.

No caso de não manifestação por parte do agente ou seu representante, será considerada a opção b.

- 10.2.2. Será nulo o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição para todos os empreendimentos de geração incentivada especial ou de cogeração qualificada que ultrapassarem os limites máximos de potência injetada conforme definido nas Regras de



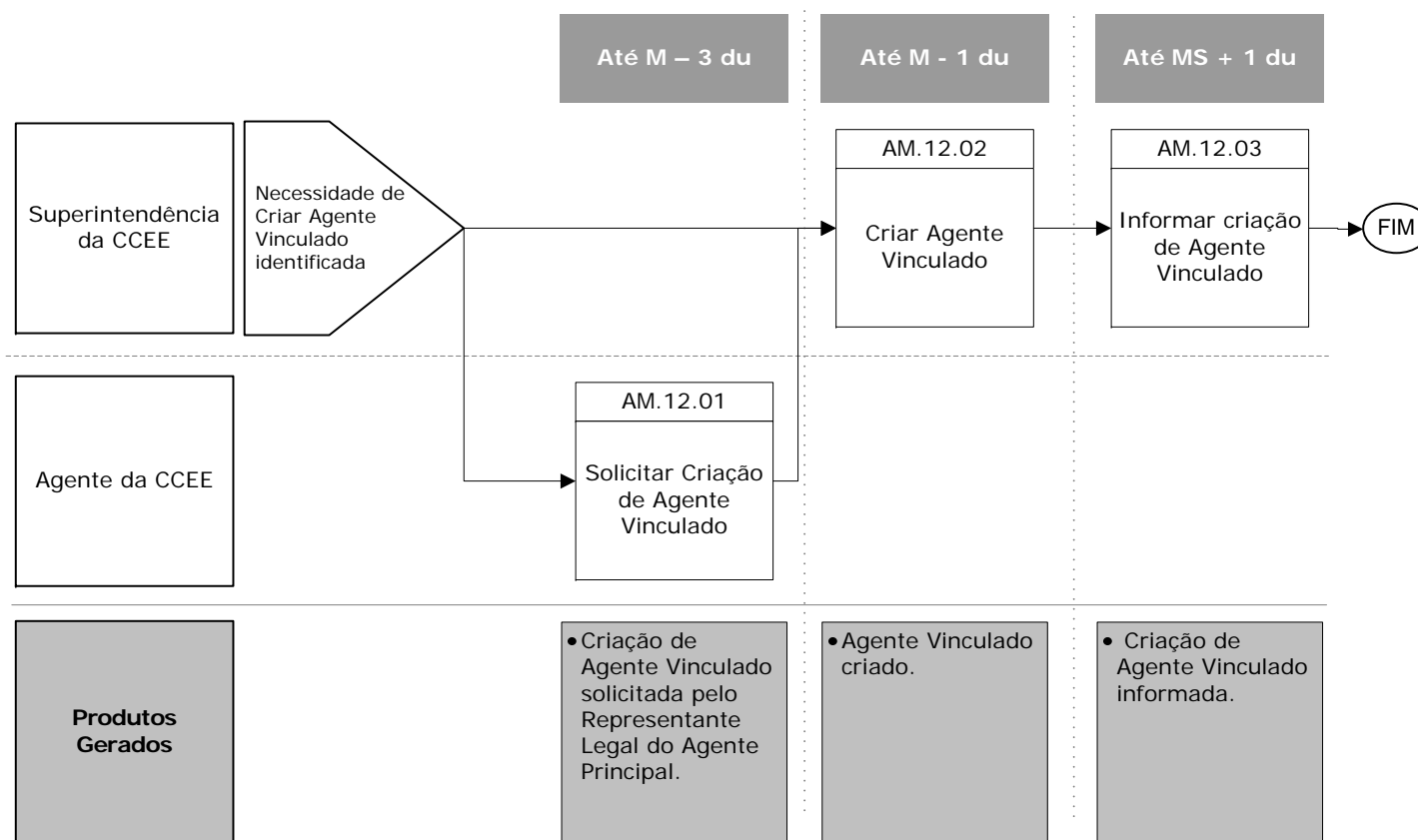
CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

Comercialização.

- 10.2.3. O agente vendedor de energia convencional, que optar por atuar na comercialização de energia incentivada especial ou de cogeração qualificada, será cadastrado na CCEE como:
- Agente gerador vinculado incentivado especial de 50% de desconto: se representar ativos de geração incentivada especial próprios e/ou de terceiros com 50% de Desconto na TUSD/TUST;
  - Agente gerador vinculado incentivado especial de 100% de desconto: se representar ativos de geração incentivada especial próprios e/ou de terceiros com 100% de Desconto na TUSD/TUST;
  - Agente gerador vinculado incentivado de cogeração qualificada de 50% de desconto: se representar ativos de cogeração qualificada próprios e/ou de terceiros com 50% de desconto na TUSD/TUST; e
  - Agente gerador vinculado incentivado de cogeração qualificada de 100% de desconto: se representar ativos de cogeração qualificada próprios e/ou de terceiros com 100% de desconto na TUSD/TUST.
- 10.2.4. O agente vendedor que optar por atuar na comercialização de energia incentivada especial e de cogeração qualificada e não representar nenhum ativo de geração desse tipo de energia, deverá ser cadastrado pela CCEE como agente comercializador vinculado incentivado especial e/ou de cogeração qualificada de 100% e/ou 50% de desconto na TUSD/TUST, conforme solicitação do agente.
- 10.2.5. O agente autoprodutor que optar pela comercialização de energia incentivada de seus ativos de geração de energia incentivada com 50% e/ou 100% de desconto na TUSD/TUST deverá necessariamente fazê-lo através de agente autoprodutor incentivado vinculado para cada nível de desconto.
- 10.2.6. O perfil de consumo do agente principal da classe de autoprodução não terá direito ao desconto aplicado na TUSD/TUST caso os contratos de compra registrados sejam oriundos dos perfis de geração vinculados de incentivada especial ou de cogeração qualificada do próprio agente.
- 10.2.7. Todas as unidades consumidoras, especiais ou não, do agente autoprodutor deverão ser cadastradas na CCEE no perfil de consumo do seu agente principal.
- 10.2.8. Ao agente consumidor livre, que optar pela compra de energia proveniente de agente gerador, enquadrado no art. 26, §1º, da Lei nº 9.427/96, será conferido desconto na TUSD/TUST.
- 10.2.9. O agente consumidor livre que optar por atender suas cargas acima de 500 kW no Ambiente de Contratação Livre (ACL) por meio de contratos de comercialização de energia incentivada especial e/ou cogeração qualificada de 50% e/ou 100% de Desconto na TUSD/TUST deverá cadastrá-las na CCEE como agentes consumidores especiais vinculados.
- 10.2.10. O agente que optar por descontos individualizados para cada ativo de consumo, deverá solicitar à Superintendência da CCEE a manutenção do cadastro do sistema elétrico por meio da ferramenta SOMA, conforme PdC ME.02 – Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrica, informando a necessidade da criação agente vinculado de consumidor livre e/ou especial para cada um dos ativos identificados.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

## 11.FLUXOGRAMA



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

## 12.MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Solicitar criação de agente vinculado	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar as formas de representação por meio de agente vinculado descritas nas premissas deste PdC.</li> <li>Solicitar a criação de agente vinculado por meio da central de atendimento da CCEE – 0800 10 00 08.</li> <li>Encaminhar os motivadores da solicitação e a forma de representação necessária.</li> </ul> <p>Nota:</p> <p>A solicitação deverá ser encaminhada pelo representante legal ou CCEE do agente principal.</p> <p>1)</p>	Até M–3du
Criar agente vinculado	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar a solicitação do agente e verificar a conformidade com a regulamentação vigente.</li> <li>Realizar o cadastro no SCL do agente vinculado.</li> </ul>	Até M–1du
Informar criação de agente vinculado	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar o agente principal e o agente vinculado por e-mail a criação e representação cadastrada no SCL.</li> </ul>	Até MS+1du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

### 13. CRONOGRAMA GERAL

PRODUTO GERADO	CRONOGRAMA		
Criação de agente vincualdo solicitada pelo representante legal ou CCEE do agente principal.	Até M-3du		
Agente vinculado criado.		Até M-1du	
Criação de agente vincualdo informada.			Até MS+1du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.12	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 4
NOME REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DE AGENTES		

## 14.ANEXOS